

**NOVOS CAMINHOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA  
REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DOCENTE DO COLÉGIO PEDRO II<sup>1</sup>**

Rogério Mendes de Lima\*

**RESUMO:** Criado em 2011, o Programa de Residência Docente tem como objetivo ser um espaço para a formação continuada de professores de diferentes áreas de ensino, como parte do esforço para a produção de novos caminhos para a escola básica. Esse artigo é resultado de uma investigação sobre os impactos do programa na trajetória de professores de Sociologia na educação pública do Estado do Rio de Janeiro e pretende promover uma reflexão parcial sobre as possibilidades e limites dessa iniciativa na resolução de algumas questões prementes na educação básica brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação continuada, Educação básica, Ensino de Sociologia.

**ABSTRACT:** Created in 2011, the Residency Program Teacher aims to be a space for continuing formation of teachers of different educational areas, as part of the effort to produce new avenues for basic school. This article is the result of an investigation into the impacts of the program in sociology teacher career in public education in the State of Rio de Janeiro and aims to promote a partial reflection on the possibilities and limits of this initiative in solving some pressing issues in the Brazilian basic education.

**KEYWORDS:** Continuing Formation, Basic Education, Sociology of Education.

## **Introdução**

Nos últimos anos, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento vêm direcionando suas análises para a compreensão, debate e formulação de propostas para a educação básica no Brasil (BORDAS, 2009; SAVIANI 2009; FREITAS, 2007). A constatação de que esse segmento do ensino não atende às expectativas geradas para o conjunto da sociedade (instituições públicas e privadas, movimentos sociais, sociedade civil), o torna objeto de constantes ilações sobre as causas e consequências dos “insucessos” verificados a cada pesquisa realizada. Cabe ressaltar, no entanto, que boa parte dessas inferências possui uma perspectiva de senso comum e pouco contribuem para o debate sobre a educação brasileira.

Do ponto de vista científico, as análises recentes apontam para os dilemas que a educação básica brasileira vivencia cotidianamente (FREITAS, 2007; LIMA, 2009;

---

<sup>1</sup> Esta reflexão foi apresentada no IV Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica, realizado de 17 a 19 de julho de 2015, em São Leopoldo, RS.

\* Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo PPGSA/UFRJ. Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

DUARTE, 2013; GATTI, 2008). Entre eles podemos citar a falta de verbas para desenvolvimento de uma estrutura adequada para as atividades de ensino-aprendizagem, os problemas dos currículos aplicados nas escolas, as condições precárias de trabalhos dos profissionais da educação, as constantes modificações nas estruturas de ensino, a formação e a remuneração do corpo docente, as condições materiais dos estudantes e suas famílias e as dificuldades da estrutura escolar de reconhecer e promover a diversidade cultural em todas as suas dimensões dentro do espaço escolar. Diante desse quadro, emerge um dilema ainda sem solução.

Nesse contexto, como construir uma educação pública de massa que atinja os parâmetros de qualidade convencionados pelos próprios sistemas de ensino sem ser excludente e que gera e reproduz as desigualdades que em tese ela busca superar? (NEVES, 2013).

Procurando contribuir com esse debate, mas consciente das dificuldades de propor análises e soluções para as diversas questões apresentadas, esse artigo pretende focar suas discussões sobre o tema da formação continuada de professores para a educação básica, em especial sobre os resultados obtidos até o momento com o Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II (PRD), criado pela Portaria 206/2011 da CAPES, em uma parceria desse órgão com o Colégio Pedro II e inserido nas novas políticas de formação docente do Ministério da Educação.

Goldenberg (2004,14) diz que a metodologia é um “caminho possível para a pesquisa científica”. Ela destaca ainda que a integração entre pesquisa quantitativa e qualitativa é essencial na medida em que “permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. (GOLDENBERG, 2004; 62). Nesse aspecto, esse artigo ainda que valorize a análise qualitativa dos dados, não desconsidera a importância que os dados quantitativos possuem na construção de uma interpretação científica dos fenômenos que são objetos da investigação.

A pesquisa que gera esse artigo combina análise quantitativa (quantos docentes participam do programa e suas inserções posteriores), e qualitativa (como a participação no programa modificou sua prática e apontou, ou não, novos caminhos para a atuação na educação básica), nesse último aspecto se utilizando dos memoriais produzidos e de entrevistas com os docentes. Como premissa teórico-metodológica nos aproximou da concepção gramsciana sobre o papel da escola na construção de hegemonia. Desse modo, o espaço escolar é um lugar de luta hegemônica entre as diferentes classes sociais. Nessa conjuntura, o professor é um elemento central na medida em que é o principal interlocutor dos estudantes em processo de formação. Partindo desse ponto, a formação continuada ganha relevância, pois implica em apontar como afirmam Neves (2013) e Duarte (2013), qual modelo de professor e de educação é defendido.

## **1. Breves considerações sobre a formação continuada de professores**

A formação continuada de professores é um tema bastante comum nas pesquisas e análises sobre a educação básica. Scheibe (2010; 984) atenta para o fato de que a “inexistência de um sistema nacional de educação” pode ser uma das razões que explique a fragmentação docente. Dessa situação decorre um conjunto de problemas, entre eles as dificuldades no investimento na própria trajetória profissional (OLIVEIRA & FELDFEBER APUD SCHEIBE, 2010, 984). Nesse aspecto a autora faz uma crítica à excessiva responsabilização dos professores pelos problemas da educação básica, principalmente pela quase inexistência de contrapartidas que colaborem na sua atuação profissional. Assim, sugere a autora, a formação continuada deve ser um dos objetivos do plano nacional de educação efetivamente implementado. (SCHEIBE, 2010, 988).

Nessa perspectiva, torna-se necessária a definição clara do que se entende por formação continuada dos professores, uma ideia por vezes perdida no conjunto de iniciativas que se convencionou de “educação continuada” (GATTI, 2010, 57). Uma das questões levantadas por ela é a “preocupação com os formadores que atuam nesses cursos” (GATTI, 2008, 66). De fato, o contexto, os objetivos e a organização da formação continuada devem ser exaustivamente avaliados para que esse

processo permita ao professor “estar em permanente constituição” (HOBOLD & SILVA, 2014, 2) e criando uma relação dialética entre as teorias e sua prática cotidiana na escola.

Ganha importância, portanto, a reflexão proposta por Saviani (2009) sobre os modelos de formação de professores. De um lado, um modelo que foca no aprendizado dos conteúdos disciplinares de cada área, considerado por ele restrito e responsável por parte dos problemas vividos na educação básica. Do outro, uma formação que valoriza o aspecto didático da construção do professor, colocando a socialização do conhecimento como o cerne dessa proposta, vista por ele como antielitista. Bordas (2009) analisa que esse modelo precisa estar presente desde os processos iniciais de formação docente, ainda nos cursos de graduação. Ele adverte, porém, que são fundamentais as articulações entre as IES e as escolas básicas.

Esse hiato entre a formação inicial dos cursos de licenciatura e a escola básica é uma das razões que permitem ao Colégio Pedro II se apresentar como alternativa para as iniciativas do MEC de buscar soluções para os problemas de formação continuada dos docentes da educação básica. Na medida em que há uma busca por modificar a lógica de formação do professor aproximando aporte teórico, prática cotidiana e escola básica, a escolha por uma instituição de educação básica reconhecidamente qualificada e que faz parte do sistema federal de ensino, não é surpresa, contribuindo ainda para que se atinjam os objetivos traçados na Lei Federal nº 11.502, de 11 de julho de 2007 que estabelece que

No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas (LEI 11.502/2007, § 2º)

Por outro lado, o Colégio Pedro II, promovido a IFES pela Lei Federal 12.677 de 25 de junho de 2012, também busca seu próprio caminho para além de sua atuação enquanto escola básica. A junção desses interesses cria uma afinidade de

interesses que favorece a criação do Programa. O Programa de Residência Docente, a partir desse ponto citado apenas como PRD, é descrito como tendo por objetivo:

Aprimorar a formação do professor da Educação Básica por meio de um projeto de formação continuada, desenvolvendo competências docentes que complementem a formação recebida na Instituição de Ensino Superior (IES) de origem, a partir da vivência em um ambiente escolar de reconhecida excelência. (LEI FEDERAL 12.677/2012)

A estratégia central do programa consiste em colocar em contato professores recém-formados (residentes docentes) e professores experientes do Colégio Pedro II (professores supervisores e coordenadores de área), de modo “a dar ao novo profissional uma formação complementar em questões de ensino-aprendizagem na área/disciplina, assim como em aspectos da vida escolar”. Para além disso, pretende ainda ser um espaço de construção conjunta de “novas metodologias e estratégias pedagógicas” nas escolas de atuação do residente, possibilitando a reconfiguração das práticas e experiências cotidianas de estudantes e professores. É voltado para docentes das redes públicas (Estado e Município) do Estado do Rio de Janeiro. A primeira turma iniciada em maio de 2012 teve 53 docentes participantes, número ampliado para 103 docentes na turma de 2013. A turma atual iniciada em 2014 possui 123 docentes em atividade. Esses docentes que ao final do curso, recebem um diploma de especialista em docência do ensino básico em sua respectiva área de formação. O programa é dividido em 10 áreas que contemplam as diversas disciplinas ministradas na educação básica.

## **2 A importância do Programa de Residência Docente na área de Sociologia/Ciências Sociais**

A atuação no segmento da educação básica possui peculiaridades que justificam a construção de metodologias específicas de formação do professor. No entanto, o exercício da atividade docente não pode ser separado da trajetória da disciplina que se ministra. Cada área do conhecimento possui uma história na escola básica brasileira. E essa condição resulta em experiências específicas que merecem e precisam ser problematizadas durante o processo de formação. Portanto, a *Revista Perspectiva Sociológica*, N.º 16, 2º sem. 2015.

residência em Sociologia/Ciências Sociais ainda que inserida na proposta central do PRD, precisa considerar as condições singulares vividas pelas Ciências Sociais na escola básica.

No que se refere à área de Ciências Sociais/Sociologia, há que se considerar a sua especificidade na educação básica. Caracterizada pela sua intermitência nas grades curriculares (MORAES, GUIMARÃES & TOMAZI, 2006), a Sociologia, a partir da promulgação da Lei 11.684/2008 que tornou obrigatória a presença da Sociologia e da Filosofia nos currículos de ensino médio, passa a viver um novo momento.

Se tomarmos por base a reconstituição dessa trajetória realizada por Moraes (2003) verificamos ao menos quatro períodos distintos da presença da Sociologia na escola básica. O primeiro situado entre 1925 e 1942 quando a Sociologia além de fazer parte do currículo obrigatório é exigida em vestibulares de diversas universidades. O segundo é o compreendido entre a Reforma Capanema e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, que vai retirando a Sociologia das grades curriculares, o que contribui para o afastamento entre a pesquisa universitária e o ensino de Sociologia na escola básica, situação que nos anos 1970, se amplia com a reclusão da Sociologia quase que exclusivamente aos círculos acadêmicos. A partir do final da ditadura militar tem início a fase de luta pela reinserção da disciplina que sofre com avanços e retrocessos até 2008, quando a obrigatoriedade garantida por lei permite o emergir do momento atual, de profusão de análises, debates e realização de pesquisas sobre o ensino de Sociologia.

Essa nova condição fez emergir um conjunto de questões relacionadas à atuação cotidiana dos licenciados na área, que vão desde as práticas e métodos utilizados nas salas de aula, às precárias condições de trabalho dos professores nas diferentes modalidades de ensino. (MORAES & GUIMARÃES 2010; FERREIRA & LIMA, 2012;).

Nesse contexto, um dos temas mais relevantes tem sido a formação do professor de Sociologia/Ciências Sociais, especialmente diante da necessidade de ocupar e consolidar um espaço que durante décadas foi considerado secundário, tanto acadêmica quanto profissionalmente. (MORAES & GUIMARÃES, 2010)

Se o lugar da Sociologia não é atualmente um problema e se de fato esse é um momento histórico de busca pela consolidação da disciplina na escola básica, não se pode prescindir da experiência e das características específicas que o ensino de Sociologia possui no Colégio Pedro II. No que se refere ao ensino de Sociologia, o Colégio Pedro II pode ser considerado pioneiro. Em 1927, a disciplina figurou pela primeira vez como obrigatória em seu currículo. A partir da reforma Capanema em 1942, sofreu com os mesmos problemas de entrada e saída da grade curricular. Entretanto, já no final da década de 80, a disciplina é reinserida no currículo, sendo que em 1995 (antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996), o ensino de Sociologia foi colocado como obrigatório nas séries de ensino médio. Além disso, em uma ação pioneira, o Departamento de Sociologia teve a possibilidade de inserir seus conteúdos também no ensino fundamental com a disciplina de sociedade e cidadania (atualmente Ciências Sociais).

Situação bem diferente daquela vivida pelos residentes em suas escolas. Os professores de Sociologia que atuam nas redes estaduais de ensino têm relatado diversos problemas para a prática docente. No caso do Estado do Rio de Janeiro uma das constatações é a de que boa parte dos licenciados em Sociologia/Ciências Sociais que passam a atuar na rede estadual de educação, que absorve o maior contingente de professores de nossa área, vivencia uma realidade que se caracteriza pela precariedade e pelo isolamento profissional (MAÇAÍRA, GESTEIRA & MONTEZ, 2012), o que tem tornado premente a busca, por parte daqueles que decidem enfrentar o desafio, por uma formação continuada que lhe permita adquirir ferramentas para interferir na realidade na qual estão inseridos. No contexto apresentado, o PRD na área de Sociologia se insere no esforço de diferentes segmentos de reduzir a distância que têm separado a formação do professor de sua prática no cotidiano escolar, servindo como elemento de ligação entre essas realidades distintas e procurando ressignificá-las de modo que se possa descobrir novos caminhos e possibilidades para atuação dos professores da área.

### 3. Possibilidades e Limites do PRD na área de Sociologia

A análise inicial da participação dos professores de Sociologia no PRD desde 2013 permite avaliar, ainda que parcialmente o impacto do programa na rotina dos professores. Entre 2012 e 2014 participaram do programa 272 professores das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro, destes, 32 professores atuantes na área de Sociologia da rede estadual. O perfil é de professores jovens com no máximo seis anos de atuação profissional. Em sua maioria são profissionais ainda em processo de formação. Dos participantes na área de Sociologia, apenas três possuíam titulação de mestre, sendo que apenas um o título de Doutor. A idade média é de 26 anos. Em sua maioria são trabalhadores engajados na luta do sindicato, ainda que nenhum deles participe da direção sindical. Um dos professores é originalmente formado em história, mas foi designado em sua escola para assumir a cadeira de Sociologia. A motivação para a participação no programa é a qualificação profissional em 26 dos casos. A possibilidade de discutir sua prática cotidiana, também é principal motivo que traz o professor ao programa.

Aqui eu encontro outros professores de Sociologia. Isso me permite conversar sobre situações, dúvidas e propostas que na minha escola, sozinho ou com pouco contato com outros colegas não tenho como fazer.

O desenvolvimento das atividades dos residentes dentro do Colégio Pedro II consiste na inserção dos professores no cotidiano da escola, através da participação ativa destes no planejamento e execução de diferentes estratégias pedagógicas nas aulas de Sociologia e Ciências Sociais, sob a orientação de um professor supervisor (Professor efetivo do Departamento de Sociologia). O objetivo é possibilitar ao residente a reflexão sobre de sua atuação como professor, de modo que possa adequar, criar e aplicar um conjunto de propostas de ensino com seus estudantes da rede estadual.

Ao conhecer o campus e toda a infraestrutura oferecida pelo Colégio Pedro II, não há como não fazer uma comparação com a minha escola de origem (que fica no mesmo bairro) e grande parte das



unidades de ensino da rede estadual. O espaço que se encontra o campus Realengo era uma área que pertencia ao exército, e como morador da região observei por diversas vezes aquele ambiente abandonado e inutilizado por muitos anos. Nunca tinha entrado naquela unidade, até começar o PRD, a estrutura física que a escola proporciona a sua comunidade escolar é excelente e isso faz muita diferença tanto no trabalho do professor como no rendimento do aluno. Essa estrutura também poderia estar sendo desenvolvida na rede estadual de ensino, se não fosse por falta de muita vontade política dos que governam.

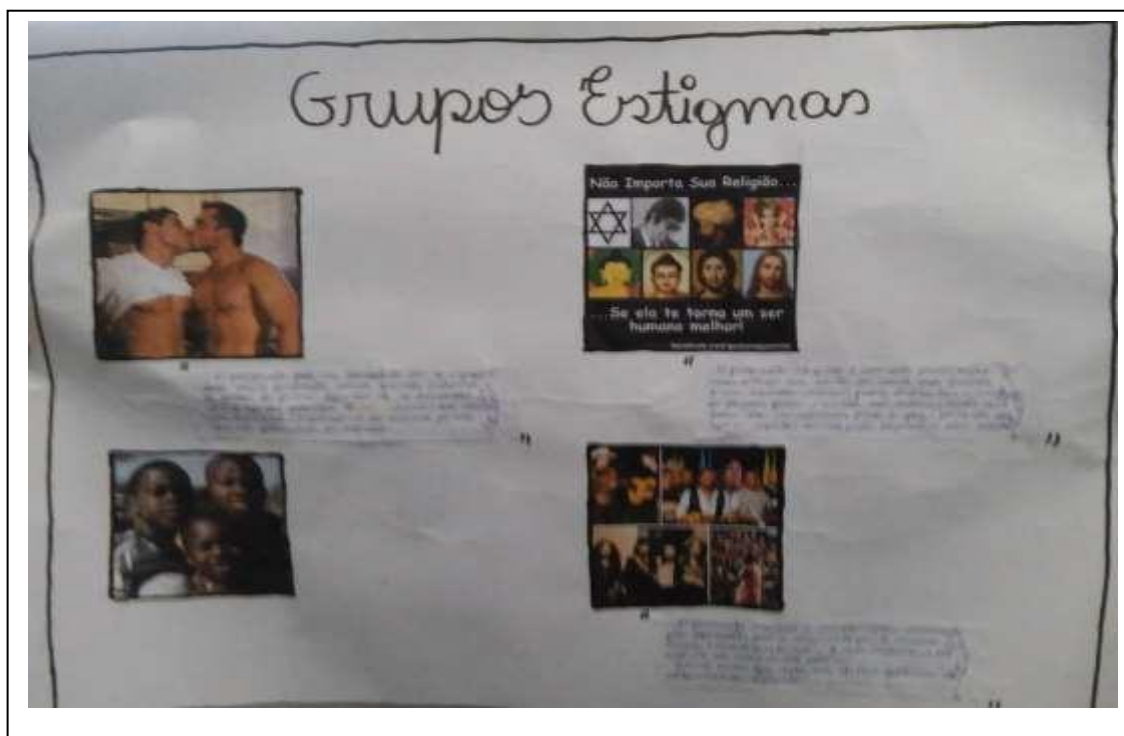
Ao longo do programa os residentes produzem um relatório semestral, um memorial com relatos e reflexões sobre toda sua experiência no PRD e um produto final que é uma atividade construída com seu orientador e aplicada aos estudantes da rede estadual onde o docente atua. O residente participa ainda de oficinas e palestras sobre diferentes aspectos do ensino em diferentes áreas do conhecimento, apresentando ao final um trabalho que encerra a oficina.

Essas estratégias têm possibilitado aos envolvidos no processo, dentro e fora da escola, um espaço para discussão, estudo e planejamento de intervenções didático-pedagógicas nas salas de aula da escola básica, ao mesmo tempo em que fazem do ensino de Sociologia nesse segmento um objeto de pesquisa científica.

Minha participação no PRD me fez descobrir o que pretendo fazer no Mestrado. Vou analisar as diferentes estratégias utilizadas por professores de diferentes redes estaduais para o ensino de Sociologia. Espero dar conta do trabalho.

Uma das reflexões que tem permeado a maioria dos trabalhos já finalizados é a profunda conexão entre as diversas interfaces do professor com sua prática pedagógica. Sendo assim, a discussão dos conteúdos e a escolha do material didático não são separadas da realidade dos educandos e das condições estruturais onde se realizam as atividades de ensino-aprendizagem. Ainda nesse campo, há uma constante reflexão sobre o papel da Sociologia na escola básica como elemento problematizador da própria escola.

A análise da fala dos residentes que já concluíram sua participação no PRD revela uma retomada de posição diante dos dilemas que vivemos na educação básica e uma defesa do ensino de Sociologia como ferramenta essencial para a construção da autonomia dos educandos. Nesse sentido, os produtos finais apresentados pelos professores têm demonstrado como os estudantes da rede pública estadual, quando estimulados a refletir sobre sua realidade com os instrumentos fornecidos pelas Ciências Sociais são capazes de desnaturalizar e estranhar os fenômenos sociais. Algo que se percebe também quando analisamos os discursos dos residentes que de certo modo, também encontram sentidos outros para sua prática cotidiana, conforme demonstra a discussão sobre estigmas no espaço escolar desenvolvido pelo residente Geraldo Junior em 2014.



Cartaz produzido por estudantes de ensino médio para debate em sala de aula

Há, entretanto, limites que o PRD não consegue transpor. A realidade política vivida pelos professores é uma delas. A participação em movimentos reivindicatórios tem como consequência em muitos casos, a perda de lotação e a necessidade de se

iniciar um novo trabalho em condições diferentes, e não necessariamente mais adequadas, das anteriores. Por outro lado, as inconstâncias das políticas educacionais no Estado do Rio de Janeiro geram situações em que professores são forçados a mudarem seus regimes de trabalho ou as turmas em que atuam no meio do ano letivo. A realidade financeira é outro entrave na atuação do professor. A baixa remuneração força invariavelmente uma ampliação da carga horária, o que prejudica não somente a atuação em sala de aula como também o próprio investimento na formação.

### **Considerações finais**

Nessa reflexão inicial, o que podemos considerar é que a inserção no programa tem possibilitado aos docentes de Sociologia/Ciências Sociais reconfigurar e em alguns casos, reconstruir sua trajetória e seu sentimento de pertencimento à educação básica. Por outro lado, no entanto, há limites para as transformações obtidas com a participação no PRD como as precárias condições de trabalho, a má remuneração e os problemas estruturais que assolam a educação básica no Brasil. Apesar disso, não há como negar que o PRD se constitui de fato como um novo caminho para pensar a formação de professores para a educação básica brasileira.

### **Referências bibliográficas**

BORDAS. M. *Subsídio à formulação e avaliação de políticas educacionais brasileiras*, Brasília, DF, SENAC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 11.502 de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 12.677 de 25 de junho de 2012.

DUARTE, Stephanie, M. C. A. A Cultura Escolar e suas implicações na profissionalidade de professores ingressantes. *36ª Reunião Nacional da ANPED*, Goiânia – GO, 2013.

FERREIRA, Fátima I. de O. LIMA, Rogerio M. O ensino de Sociologia e a (re)significação das redes sociais on-line na escola básica. In *Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro*. FIGUEIREDO, André, OLIVEIRA, Luiz F. & PINTO, Nalayane M. (orgs). pp.263-280.

FREITAS, Helena Costa L. A (nova) Política de Formação de Professores: A Prioridade Postergada. *Educação & Sociedade*, vol. 28, n. 100, 2007, pp.1203-1230.

GATTI, Bernadete A. Análise das Políticas Públicas para Formação Continuada no Brasil, na Última Década. *Revista Brasileira de Educação*, v13, n.37. 2008. pp.57-71

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Editora Record. Rio de Janeiro. 2004.

HOBOLD Márcia de S. SILVA, Valdicléia M. Percepções de Docentes Sobre as Ações de Formação Continuada, promovidas pela Rede Municipal de Ensino. X ANPED SUL, Florianópolis, 2014.

JUNIOR, Geraldo José. Aprendendo o Conceito de Estigma; uma reflexão por parte dos estudantes. Produto Final apresentado ao Programa de Residência Docente em 05 de março de 2015.

MAÇAÍRA, Julia P. GESTEIRA, Beatriz & MONTEZ, Gabriela. Perfil do Professor de Sociologia da Metropolitana VI da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro. In *Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro*. FIGUEIREDO, André, OLIVEIRA, Luiz F. & PINTO, Nalayane M. (orgs). p.127-144.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. In *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, volume 15, número 1 São Paulo, 2003.

MORAES, Amaury Cesar. GUIMARÃES, Elisabeth F. Metodologia de ensino de ciências sociais: relendo as OCEM – Sociologia. In *Coleção Explorando o Ensino*. Brasília: ministério da educação, 2010.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth F. & TOMAZI, Nelson D. *Orientações Curriculares para o ensino médio; ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

NEVES, Lúcia Maria W. O Professor Como Intelectual Estratégico na Disseminação da Nova Pedagogia da Hegemonia. *36ª Reunião Nacional da ANPED*, Goiânia – GO, 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v 14, n.40. p.143-155, 2009.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, vol. 31, n. 112, 2010, pp.981-1000.